

# No primeiro semestre, luta contra o “entulho”

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O primeiro semestre do Congresso da Nova República foi encerrado com a conquista de uma velha aspiração dos oposicionistas dos tempos revolucionários: a chegada da mensagem do presidente José Sarney convocando eleição, no próximo ano, para a Assembléa Nacional Constituinte. Antes, porém, o Congresso livrou a Nação de boa parte do chamado entulho autoritário, embora não tenha concluído o trabalho.

A partir de agosto, quando o poder legislativo for reaberto, a expectativa é diferente. Isso porque as eleições municipais de 15 de novembro, principalmente nas capitais, provocarão o afastamento de muitos parlamentares de Brasília. E tudo leva a crer que o grande debate se concentrará na discussão e votação da mensagem da Constituinte, em especial na tentativa dos partidos que não integram a Aliança Democrática de alterar a emenda com vistas a marcar para o ano que vem a eleição presidencial direta.

Mas o Congresso, por outro lado, sofreu desgaste diante da opinião pública em virtude de dois episódios. O primeiro foi o “trem da alegria” do ex-presidente do Senado, Moacyr Dalla, que parou numa estação chamada Justiça pela pretensão de tornar estatutários, sem concurso e portanto de forma inconstitucional, cerca de 1.500 funcionários, problema que estourou nas mãos do atual, o senador José Fragelli.

O segundo foi a fraude praticada por sete deputados durante a votação do projeto que regulamentou as eleições municipais — Irapuan Costa Júnior, Juarez Bernardes e Paulo Borges, todos do PMDB de Goiás, Fernando Bastos (PFL-SC), Homero Santos (PFL-MG), Ronan Tito (PMDB-MG), e Albino Coimbra (PDS-MG), todos punidos pela Mesa da Câmara com uma suave censura escrita.

## PRIMEIRO, A TENSÃO

Na abertura da sessão legislativa, em 1º de março, o Congresso estava tenso. Tancredo Neves estava eleito presidente da República mas ainda pairava um medo de golpe. Na véspera da posse, a surpresa da doença presidencial e, no dia seguinte, a subida à rampa de José Sarney, em clima de tristeza, mas de muita esperança.

O agravamento do estado de saúde de Tancredo Neves foi acompanhado minuto a minuto pelo Congresso. E à medida que foi piorando houve comoção. As cirurgias motivaram a paralisação do trabalho de muitas comissões da Câmara e do Senado e algumas reuniões que vararam madrugadas e, quando ocorreu o falecimento, em 21 de abril, o Congresso parou, a exemplo do País inteiro. Depois, começou a olhar para a frente com o anunciado propósito dos líderes da Aliança Democrática de colaborar para a construção do principal projeto de Tancredo Neves — a Nova República.

## O COMEÇO DO FIM DO ENTULHO

Por decisão dos presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Se-



Moacyr Dalla

nado, José Fragelli, foi constituída, em março, a Comissão Interpartidária encarregada de remover o entulho autoritário da legislação eleitoral e partidária. Do trabalho resultaram as principais mudanças institucionais da Nova República: eleições municipais nas capitais, áreas de segurança nacional, estâncias hidrominerais, municípios de territórios; voto do analfabeto; fim do voto distrital; autonomia política do Distrito Federal, queda da fidelidade partidária e da sublegenda; e a livre criação partidária.

Quando a emenda constitucional estava para ser discutida e votada, em meio a críticas de que faltava

o principal — a eleição presidencial direta —, Sarney, depois de entendimentos, resolveu completá-la institucionalizando a norma, embora tivesse deixado para depois uma questão básica: a duração do seu próprio mandato.

Em seguida, a comissão elaborou projeto regulamentando as eleições municipais deste ano, que permite o retorno das coligações partidárias, e que foi aprovado, sob fraude, com a derrota da proposta dos dois turnos.

Outro trabalho da comissão foi a elaboração do anteprojeto da lei dos partidos políticos, que ficou pronto, mas, por falta de entendimento entre as lideranças partidárias, não entrou no plenário, e uma parte da reforma do Código Eleitoral, que não terminou em virtude do choque de interesses pessoais de alguns integrantes da comissão relativos à prevenção de fraudes e abusos do poder econômico nas eleições.

Essa comissão, sem dúvida alguma, elaborou o principal trabalho do Congresso no semestre e, na realidade, sua única contribuição para o projeto democrático. Coube papel destacado ao relator, o deputado João Gilberto, do PMDB gaúcho, que teve paciência e fôlego para segurar as pressões internas e, nas 24 reuniões realizadas, jamais assumiu uma só atitude protelatória ou de insegurança. Ao contrário, chegou a denunciar manobras que visavam a adiar eleições diretas dentro do Congresso.

Destoando das propostas da Nova República, o Congresso também aprovou um projeto criando o Banco Meridional, com a destinação de Cr\$ 1,6 trilhão. O poderoso “lobby” gaúcho atuou de forma agressiva, concedendo mesmo recursos a centenas de bancários que montaram um camping em frente ao edifício do Congresso onde, entre banhos de sol, churrascos, alguma promiscuidade e um verdadeiro estrago no gramado, pressionaram as sessões de votação.

A proposta inicial era de injetar Cr\$ 900 bilhões no Banco Sul-brasileiro, e “recuperar” os recursos em tempo determinado. Partiu do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, com o aval dos líderes da Aliança Democrática. Mas, ao ser examinada pelos congressistas, sofreu reformas substanciais e, mais tarde, vetos do presidente José Sarney, que cortou a pretendida estabilidade dos funcionários por um ano, e o auxílio às financeiras ligadas ao Sulbrasileiro.